

São Paulo, 18 de maio de 2020

TI BR 85/2020

A Sua Excelência o Senhor  
Francisco Lopes Fernandes Netto,  
Controlador Geral  
Controladoria Geral do Estado de Rondônia

**Assunto: Recomendação de auditoria sobre exploração florestal de madeira**

Senhor Controlador Geral,

Como é sabido, a **Transparência Internacional – Brasil**, principal entidade dedicada à luta contra a corrupção no mundo, assinou, em 12 de março de 2020, Acordo de Cooperação Técnica com o **Governo do Estado de Rondônia**, para o fortalecimento da luta contra a corrupção e promoção da integridade no estado.

No marco de nosso Acordo e de seus propósitos, viemos, por meio deste, apresentar à Controladoria Geral do Estado de Rondônia (CGE-RO) recomendação de auditoria relacionada ao processo de licenciamento, fiscalização e controle da exploração, transporte e comércio de madeira nativa no estado de Rondônia.

A exploração madeireira quando realizada de acordo com a legislação e as boas práticas de manejo florestal pode ser fonte de geração de emprego e renda e um instrumento de exploração sustentável da floresta. Por outro lado, quando realizada de forma ilegal, é fonte de degradação, conflitos fundiários e perda de receita por parte do poder público, além de gerar uma concorrência desleal com aqueles que realizam a exploração dentro da lei.

Operações recentes do Ministério Público, da Polícia Federal e da Polícia Civil, tais como Deforest, Pau-Oco, Karipuna e Cyber-Cupim demonstram que a ilegalidade no setor florestal madeireiro é um problema que impacta o estado de Rondônia.

A exploração ilegal de madeira é muitas vezes acompanhada por ações de fraudes documentais e nos sistemas de controle, bem como de corrupção envolvendo agentes públicos e privados, o que aponta para a necessidade de aprimoramentos de políticas públicas, reformas de procedimentos e criação de mecanismos preventivos para a promoção da integridade dos órgãos estatais relacionados ao tema.

Nesse sentido, recomendamos que a CGE-RO realize procedimento de auditoria voltado à identificação de riscos de fraude e corrupção nos órgãos e setores responsáveis pelo tema no estado, em especial, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), bem como elabore recomendações para que tais riscos possam ser mitigados. Estamos certos de que a referida auditoria contribuirá também com o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis por este importante assunto.

Como previsto em nosso Acordo de Cooperação Técnica, nos colocamos à disposição para contribuir com esse processo, inclusive por meio do apoio técnico necessário.

Estamos seguros de que as ações de auditoria desta Controladoria, com a cooperação de outros órgãos relevantes e o apoio do Sr. Governador, poderão contribuir significativamente para a promoção da integridade e o desenvolvimento sustentável do estado de Rondônia.

Para qualquer informação adicional ou dúvidas, o gabinete de V.Ex<sup>a</sup>. poderá gentilmente contatar o Sr. Renato Morgado, consultor da Transparência Internacional – Brasil para o nosso Programa de Integridade Socioambiental, pelo e-mail [rmorgado@br.transparency.org](mailto:rmorgado@br.transparency.org).

Respeitosamente,



**Bruno Brandão**  
Diretor Executivo  
Transparência Internacional Brasil